

De volta a 1964: o papel do intelectual em Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro¹

Resumo: Esta comunicação está dividida em duas partes. Na primeira, farei um debate sobre a relação entre cultura e política ou, precisamente, sobre o papel do intelectual. Para tanto, discutirei as proposições de Karl Manheim e Antonio Gramsci sobre o papel que deve ser tomado pelos intelectuais ao se relacionarem com a política. Também discutirei o papel crucial exercido pelos intelectuais na vida política brasileira, sobretudo nos anos 1970. Focarei a análise na atuação de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso por considerar as proposições de ambos representativas deste período. Neste momento, os autores se assemelham na forma, vão se distanciar pelo conteúdo de suas análises. Florestan Fernandes possui uma perspectiva político-revolucionária como encaminhamento necessário para vencer os dilemas da modernização brasileira, na qual as promessas da modernidade como igualdade, liberdade e democracia pudessem ser alcançadas; Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, propõe uma saída reformista, pautada em uma luta contra o regime burocrático-autoritário como forma de vencer a tradição burocrática e privatista que impedia o Brasil de institucionalizar as promessas da modernidade. Analisarei a relação que ambos terão com a política, de forma a aproximá-los das proposições de Gramsci e Manheim, respectivamente. Aliado a isso, apontarei para a necessidade da retomada da postura intelectual crítica e radical como forma de se contrapor ao conformismo que tem marcado, de forma geral, a prática intelectual contemporaneamente.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Fernando Henrique Cardoso; Intelectuais; ditadura militar.

Os cinquenta anos do golpe militar de 1964 completados este ano nos fazem lembrar a importância que este evento histórico possui para a história do país, mesmo que seja de uma forma nada agradável. Além de nos levar a um esforço analítico sobre a nossa história e os

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Uenf e professor do IFF-Campus Centro. E-mail: olamarcos@yahoo.com.br.

consequentes dilemas derivados dela também nos auxilia a discutirmos a importância dos intelectuais na vida política do país.

No Brasil os intelectuais sempre tiveram uma ação dúplice entre a interpretação e a proposição normativa de caminhos que pudessem gerar uma ordem moderna e plenamente desenvolvida, como podemos observar nas atuações de Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Rui Barbosa, Oliveira Vianna e Guerreiro Ramos. Bauman(2010) intitula os intelectuais durante os séculos XIX e XX através da metáfora “legisladores”, que acreditamos ser precisa para caracterizar os intelectuais brasileiros, inclusive os que serão analisados neste artigo.

Focaremos nossa análise na atuação de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso por considerarmos as proposições de ambos representativas deste período, pois conformam os dois caminhos mais importantes que são propostos pelos intelectuais na década de 1970: a interpretação socialista-revolucionária e a liberal-democrática. Observaremos como os dois intelectuais tiveram como objetivo analisar o processo de modernização brasileiro, especificamente a modernização gerada pelo golpe de 1964. E também como procuraram propor caminhos que pudessem levar o país a ser plenamente moderno e democrático.

Dividiremos o artigo em duas partes. Na primeira, analisaremos de forma breve as propostas de atuação intelectual em Karl Manheim² e Antonio Gramsci para podermos sugerir aproximações entre eles e Florestan e Cardoso. Na segunda parte, analisaremos as interpretações e proposições normativas dos nossos intelectuais tendo como elementos norteadores os temas da modernização e da democracia, que consideramos os mais representativos para a camada intelectual durante os anos 1970.

² Antes de iniciarmos a análise faz-se necessário uma explicação para a escolha que fizemos dos autores para compararmos como Florestan e Cardoso. Bem, o foco do texto é apontar as diferenças existentes entre os dois principais sociólogos brasileiros advindos da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo. Por conta disso e também como forma de demarcarmos melhor as diferenças entre ambos utilizamos as obras de Karl Manheim e Antônio Gramsci. Essa explicação faz-se necessária porque não compartilhamos da tese defendida por Freitag(1987) segundo a qual os anos 1970 representariam uma ruptura epistemológica em Florestan e a instituição de uma fase político-revolucionária contra a fase anterior, de caráter acadêmico-reformista. A citação a seguir de Garcia(2002), deixa este ponto mais claro: “ Não se trata de negar as distintas fases de sua trajetória, marcada, em especial, pela passagem teórico-prática do funcionalismo ao marxismo e do *scholar* ao militante político, mas de considerar como a mudança se faz sem configurar uma ruptura na perspectiva geral a partir da qual Florestan coloca-se diante dos problemas que enfrenta. O ponto em questão envolve a possibilidade de uma coerência de base na conduta pessoal que aponta para o rigor de procedimento da conduta científica e pública, da direção sociológica e política, da obra e da vida”(p.171). Feita esta ressalva, é importante destacar a importância de Manheim para o pensamento de Florestan, sobretudo em suas proposições de sociologia aplicada e também sobre o papel do intelectual levadas a cabo nos anos 1950, a ponto de Vilas Bôas (2006) caracterizar a geração de Florestan, Costa Pinto e Guerreiro Ramos como *geração de manheimianos*, uma vez que tinham como objetivo fazer ciência e fazer história: “As ideias de Manheim serviram para justificar a atribuição de um papel histórico à sociologia como técnica social capaz de distinguir as tendências racionais e irracionais da sociedade – não no sentido que Manheim dava a esses termos, mas no sentido atribuído pelos sociólogos brasileiros às tendências tradicionais e modernas”(p.91).

Karl Manheim e a *intelligentsia* “socialmente desvinculada”

Após instituir as bases da sociologia do conhecimento, Karl Manheim defendeu o caráter de independência da *intelligentsia* em relação às determinações de classe. Devido à sua preparação especial seria a única camada social capaz de construir uma perspectiva pluralista e sintética. A partir desta tese aliada à sua experiência na Inglaterra³, o sociólogo alemão procurou aplicar sua metodologia ao próprio trabalho quando propôs um projeto global com intuito de oferecer um controle racional para a irracionalidade e o atomismo que se apresentavam como as mazelas mais significativas da modernidade.

Para tanto, Manheim propõe uma terceira via entre fascismo e comunismo, de caráter reformista, como forma de gerar um controle racional e também um máximo de aproveitamento das potencialidades de um mundo racionalmente regulado. Manheim procura desconstruir as vias totalitárias fascista e, sobretudo, a comunista como saídas satisfatórias para as mazelas da modernidade como o crescimento desordenado do sistema econômico, a desorganização geral, imoralidade, irracionalidade.

Ao se deter na proposta comunista o autor advoga que ela teria problemas tanto em termos teóricos e práticos. Esta proposta teria uma visão estreita e radical da organização social, além de se basear na primeira fase do capitalismo, do século XIX, onde havia um antagonismo bastante acentuado entre ricos e pobres. Ou seja, deixou de lado todas as transformações na estrutura social que a fizeram mais estratificada e complexa. Este ponto é central para nós, pois Cardoso tem a mesma postura do sociólogo alemão ao polemizar com as interpretações produzidas pela esquerda marxista durante os anos 1970, bem como também possui uma saída reformista para o capitalismo brasileiro.

Sua proposta reformista possui um caráter global, pois afetava instâncias como mercado, Estado, meios de comunicação, religião, escola e a própria sociedade. Ou seja, o autor propõe um projeto ambicioso para a construção de uma modernidade capitalista estruturada por virtudes plenas. Seguindo o argumento do autor, o grande dilema da sociedade capitalista seria, precisamente, a falta de um controle racional que a fizesse equilibrada em termos de estratificação social. Como tem demonstrado, esta seria a melhor forma da humanidade constituir uma realidade preche de potencialidades.

³ Sobre a passagem de Manheim pela Inglaterra e a importância que esta terá para o seu pensamento ver Lowy(2013).

Manheim (idem) afirma que sua proposição visava construir o planejamento para a liberdade que estivesse sujeito ao controle democrático, de forma a suprimir todas as formas extremas de riqueza e pobreza. Quando analisarmos a proposição normativa de Cardoso, observaremos como ele também propõe um controle racional como forma de gerar uma sociedade capitalista no Brasil plenamente moderna e democrática.

O planejamento democrático das várias esferas da vida social teria como consequência combater o atomismo, ou seja, uma ordem sem um sentimento de pertença como existente no mundo tradicional responsável por impedir a constituição de laços de solidariedade social. A *intelligentsia* ocupa na concepção do autor um papel de protagonismo a ponto de ser comparada aos chefes de exércitos e a grandes homens de negócios, pois suas ideias e ideologias seriam encaminhamento necessário para a constituição de solidariedade social. Ela, portanto, teria um papel chave no processo de mudança social.

A análise das proposições de Manheim é de grande significação para os argumentos desenvolvidos neste artigo, uma vez que as proposições normativas levadas a cabo por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970 possuem “afinidades eletivas” com as levadas a cabo pelo sociólogo alemão.

Gramsci e os intelectuais orgânicos revolucionários

Muito próximo de Lênin⁴ na importância dada ao partido político da classe operária (Coutinho, 2000), Antonio Gramsci constrói uma perspectiva integrada entre as instâncias da cultura e da política pois, para ele, estas duas seriam indissociáveis. O pensador italiano também está próximo de Lênin ao se posicionar de forma normativa a favor dos dominados no sistema capitalista. Desta forma, ele se coloca de forma contrária a Karl Manheim e a sua proposição de uma “*intelligentsia* socialmente desvinculada”, pois defendia com a ideia de intelectual orgânico a sua vinculação direta com as classes sociais no mundo moderno estruturado pela produção fabril.

O intelectual orgânico seria o intelectual moderno cuja vinculação com as classes sociais, como vimos, se daria no universo da produção. Por conta da importância crucial do mundo da produção, Gramsci advoga pela necessidade de transformação do sistema

⁴ Para uma análise sobre as relações entre Gramsci e Lênin ver Coutinho (1999), que traz cuidadosamente os pontos de ligação entre os autores, e também Di Biagio (2010), que aponta a precariedade da recepção de Lênin feita por Gramsci.

educacional a fim de poder fornecer a possibilidade de formação intelectual consoante com as modificações ocorridas através do capitalismo industrial e também com a sua função histórica.

O novo tipo de intelectual deveria unir o conhecimento técnico fornecido pela ciência e o conhecimento humanista histórico como forma de poder se alçar ao desempenho de sua tarefa histórica que era, precisamente, ser ao mesmo tempo especialista e dirigente político no partido. O novo intelectual deveria agir no sentido de dar homogeneidade e consciência ao proletariado, fornecendo as condições para que esta classe pudesse ter a hegemonia (Coutinho,1999, p.175-76).

Assim como faz Lênin, Gramsci também aponta o caráter central do partido como locus para a transformação revolucionária da sociedade capitalista. Através dele seriam fornecidos os componentes para tal transformação através da formação dos seus componentes, de maneira a transformá-los em intelectuais políticos qualificados, ou seja, “dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico da sociedade integral, civil e política”(Gramsci,1999, p. 24). Seria através do partido que a cultura e a política estariam unidas na perspectiva gramsciana.

Confluindo diretamente com as proposições de Lênin, Gramsci advoga que todos os participantes do partido político são intelectuais, mesmo que hierarquizados em patamares de importância diferenciados, pois todos eles teriam a função de caráter educativo desempenhado através da organização e da ação de diretiva (Gramsci,idem). Portanto, é a entrada e a socialização dentro do partido que propiciam aos intelectuais que nele adentram a possibilidade efetiva de romper com a ligação orgânica que possuíam em relação ao grupo social de origem, trazendo, com isso, um caráter de singularidade aos intelectuais políticos que conseguiram construir uma visão globalizante de caráter nacional e internacional (Gramsci,1999).

Mesmo partindo de uma proposição diversa, como temos demonstrado, Gramsci aproxima-se de Manheim ao apontar para o comportamento globalizante da visão construída pelo intelectual. A diferença é que Manheim acreditava que o intelectual seria capaz de construir uma perspectiva global através da síntese das várias visões existentes na sociedade, enquanto Gramsci não dissociava os intelectuais com as posições de classe. No seu caso, a possibilidade de uma visão globalizadora serviria como encaminhamento para proposições políticas em torno do partido que pudessem gerar uma transformação negadora e

revolucionária da sociedade capitalista. Essa perspectiva é muito importante para apontarmos como Florestan Fernandes, mesmo baseando seu pensamento político em Lênin, possui elementos que o ligam a Gramsci e sua proposição orgânica do intelectual moderno.

O partido político caracterizado por Gramsci em alusão a Maquiavel como o “moderno príncipe”, incorporaria o papel de intelectual coletivo (Coutinho, 1999). Sua tarefa seria a construção de uma vontade coletiva nacional popular transformadora, pois propiciaria aos seus participantes a possibilidade de construir uma visão universalizante e com uma atitude mais livre e consciente na sociedade em que estivessem inseridos (Coutinho, 1999, p.169). Desta forma, a classe operária poderia tornar-se hegemônica e traria como consequência “construir e cimentar um novo ‘bloco histórico’ revolucionário, em cujo seio a classe operária (liberta dos corporativismos) assuma o papel de classe dirigente”(Coutinho, 1999, p. 170). Ou seja, a classe operária teria todas as condições necessárias para engendrar uma práxis de caráter transformador. A ideia de “bloco histórico” aponta para o caráter mediador, sintético que o partido vai possuir através da relação dialética que constitui com os vários interesses dos grupos subalternos (Coutinho, 1999, p. 170).

O CEBRAP e o regime militar

Como dissemos acima, os intelectuais tiveram posição de protagonismo nos anos 1970 no combate ao regime militar. A ação desta camada ficou concentrada em São Paulo, onde a resistência foi levada a cabo de forma organizada e sistemática através dos trabalhos feitos no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP. Este instituto fora fundado por Fernando Henrique Cardoso, em 1969, logo após ter sido compulsoriamente aposentado da Universidade de São Paulo juntamente com seu mestre Florestan Fernandes.

Cardoso funda o centro com doações da Fundação Ford com o objetivo de constituir uma nova interpretação sobre o Brasil (Baptista, 2010). Isto porque houve a negação das interpretações nacional-desenvolvimentistas produzidas durante os anos 1950 e 1960. Cardoso havia acumulado capitais na sua passagem pela Cepal, o que fez com que ele conseguisse financiamento da Fundação Ford para criar o centro. Por conta disso e talvez por não ter o papel de liderança intelectual (Lahuerta, 1999), Florestan Fernandes não aceita o convite feito por Cardoso para que este integrasse os quadros do centro como haviam feitos

outros intelectuais uspianos como Octávio Ianni, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira(Lahuerta,1999).

A proposta de uma nova interpretação do Brasil fez com que o centro se afastasse da esquerda nacionalista e revolucionária, à medida que propunha a modernização dentro do sistema capitalista (Baptista, idem). De acordo com Baptista (idem) o centro foi responsável pela legitimação das ciências sociais, da figura do intelectual, além da produção em consonância com a conjuntura política da época.

Esta aproximação da conjuntura fez com que autores como Fernando Henrique Cardoso fossem participar do campo político. Se a interpretação construída nas décadas anteriores via o Estado como a solução dos problemas brasileiros, a interpretação produzida pelo CEBRAP traz o Estado como o grande vilão, sendo a sociedade vitimizada pela sua ação (Baptista, idem).

Haveria para a interpretação do Brasil constituída em torno do CEBRAP uma construção dicotômica que conformaria uma contradição entre o autoritarismo de Estado e o caráter democratizador da sociedade civil (Lahuerta, 1999, p. 215). De acordo com Lahuerta (1999) Cardoso foi um intelectual que liderava intelectuais. Este protagonismo de Cardoso pode ser visualizado através do papel de orientador dos trabalhos acadêmicos produzidos pelo centro (Leoni, idem).

Florestan Fernandes a autocracia burguesa

Como vimos acima, Florestan é compulsoriamente aposentado da USP e convidado por Cardoso a integrar o CEBRAP em 1969. Logo após recusar o convite⁵, Florestan recebe convite da Universidade de Toronto e vai para o Canadá onde fica até 1972, primeiro como professor residente e depois como titular. Mesmo com boas condições de trabalho, Florestan resolve voltar ao Brasil e utiliza o melhor de sua produção intelectual contra o regime militar. Mesmo quando é convidado a trabalhar na PUC, em 1977, Florestan coloca como condição não orientar e não se envolver em projetos de pesquisa, mas apenas utilizar as suas aulas como

⁵ De acordo com Soares(1997): “O grupo foi constituído basicamente pelos integrantes do antigo ‘grupo de Marx’. Novamente Florestan Fernandes estava fora. Recusava-se a participar de uma instituição financiada com recursos externo. Ele manterá esta posição mesmo admitindo o caráter’ irracional’ da sua atitude.(p.77). A autora argumenta ainda que “A partir daí, Florestan mergulhou no estudo dos pensadores marxistas. Em 1972 preparou um livro de leituras básicas de Lênin, que veio a ser publicado em 1978(p.78). Florestan passa a utilizar Lênin como uma de suas, senão a principal fonte teórica a justificar o seu pensamento a partir dos anos 1970. Todavia, acreditamos que pela sofisticação do seu pensamento, ele acaba se aproximando mais de Gramsci, que também se colocava como um seguidor da obra do revolucionário russo.

arma de combate contra o regime militar (Cerqueira, 2004). Essa postura de Florestan vai ficar marcada em sua produção intelectual do período que é marcada pelo marxismo em seu formato mais radical e revolucionário. Como define Soares (1997), Florestan age como militante solitário.

Segundo Florestan os intelectuais deveriam sair do isolamento imposto pelo próprio ofício, procurando sair dos muros acadêmicos e dos públicos convencionais de forma a conseguir captar as manifestações coletivas de inconformismo com os rumos do capitalismo dependente:

Cumpre-nos tentar modificar esta situação e, em especial, procurar um novo enlace com o movimento socialista, o único que poderá, a médio prazo, tirar o sociólogo de seu confinamento intelectual e aproveitar, praticamente, as contribuições de uma sociologia verdadeiramente crítica e militante.(1977, p. 139)

Para Florestan, portanto, o sociólogo teria papel fundamental na transformação revolucionária da sociedade brasileira rumo ao socialismo como único modo de produção capaz de redimir a periferia de suas mais profundas mazelas. Abaixo analisaremos sua interpretação que o leva à proposição vista acima.

Após passar pelas etapas do capitalismo colonial, neocolonial, competitivo houve a instituição nos anos 1950 do capitalismo monopolista no Brasil. Neste momento o Estado será o grande vetor de instituição do capitalismo monopolista. O capitalismo monopolista traria como uma de suas características importantes a coexistências de iniquidades econômicas antigas com a constituição de novas iniquidades trazidas por esta forma de capitalismo. Ou como afirma Florestan (2009) houve a modernização do arcaico e a arcaização do moderno. Mesmo como as mudanças em torno da urbanização e, sobretudo, a industrialização, os elementos tradicionais agiam de forma a impedir que os valores propagados pela modernidade como igualdade, liberdade e justiça social tivessem solidez de se institucionalizar na periferia.

Este tipo de capitalismo fazia com que o desenvolvimento desigual da periferia tornasse mais perverso e “envenenado”(Fernandes, 2006, p.317). No capitalismo monopolista houve a hegemonia total do imperialismo. Durante este período poderia ser visto como a sociedade brasileira estava vedada às práticas democráticas (Fernandes, idem). Isto demonstrava como o monopólio social tradicionalista do poder funciona como um requisito crucial para o funcionamento deste tipo de capitalismo (Fernandes, 1982).

Havia a dominação burguesa do Estado utilizado como seu instrumento através da dupla articulação entre desenvolvimento desigual interno e o imperialismo. Esta dupla

articulação fez com os focos de desenvolvimento pré e sub-capitalista mantivessem as estruturas arcaicas ou semi-arcaicas. Estas operavam “como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarização do trabalhador, à expansão do mercado interno etc” (Fernandes, 2006, p.356). O capitalismo dependente impedia a instituição plena da modernidade e de todas as suas virtudes acima mencionadas. O capitalismo dependente, portanto, relegava para o Brasil uma ordem social competitiva parcial e um subdesenvolvimento nas áreas econômica, cultural e política (Fernandes, 1976).

Houve um processo de despotismo burguês à medida que ocorreu uma separação entre sociedade civil, representada pela burguesia, e a nação, representada pelas massas, e que era alijada dos benefícios do desenvolvimento econômico. Ou seja, houve a reprodução na sociedade de classes da estrutura estamental que estruturava o antigo regime escravista.

A ação da burguesia podia ser demonstrada, por exemplo, no caráter pró-imperialista que esta classe assumia no Brasil, fator que também será apontado por Cardoso. Havia um domínio autocrático levado a cabo pela burguesia, o qual, de acordo com Florestan, dava-se por uma ordem burguesa “frouxa”. Esta ordem “frouxa” passaria a uma ordem “firme” através do encaminhamento político. A partir desta ação a burguesia poderia assumir o controle absoluto das relações de produção, superestrutura e aparato ideológico. Houve um controle pela burguesia da sociedade civil e do Estado como mecanismo de autodefesa de sua ordem através da autocracia conservadora.

O Estado autocrático-burguês demonstrava como o golpe instituído em 1964 representava, de fato, uma contra-revolução. Isto fazia com que houvesse o domínio total do imperialismo e da burguesia dependente através da exploração capitalista e da opressão de classe (Fernandes, idem). Neste sentido, a modernização trazida pela ditadura autocrático-burguesa possuía uma contradição intrínseca que era, precisamente, a impossibilidade do florescimento da modernidade e da democracia autêntica.

Para a compreensão do golpe de 1964 deveriam ser levadas em consideração as ações dos elementos interno e externo, representados pela autocracia burguesa e pelo imperialismo. A ação destes demonstrava como o capitalismo dependente trazia como consequência uma visão de mundo conservadora. O domínio do imperialismo podia ser visualizado pelo rígido controle econômico e político exercido pelos EUA (Fernandes, 1976). Havia uma subordinação estrutural ao imperialismo. Ao analisar o regime militar instituído em 1964,

Florestan o caracteriza como ditadura e não como regime autoritário por considerá-lo comprometido com a ordem burguesa.

Essa relação da burguesia com o imperialismo fazia com que houvesse o recebimento das forças econômica, cultural e política do imperialismo (Fernandes, 1981). A junção entre imperialismo e burguesia fazia com que houvesse a conciliação entre o arcaico e o moderno (Fernandes, 1976). Além disso, demonstra como este espaço estava vedado a quem ficava fora do poder. Ou seja, as influências modernas trazidas pelo imperialismo atuavam como elemento crucial para a manutenção do arcaico e também a instituição da democracia plena, ou seja, daquela que fosse capaz de ir além da mera institucionalização e que pudesse democratizar o acesso à riqueza, à cultura e ao poder.

Neste sentido, apenas uma saída revolucionária poderia transformar a realidade social brasileira entregando o poder à nação representada pelo proletariado oprimido pela dominação da classe burguesa e pela expropriação do imperialismo. Neste sentido, a libertação nacional deveria se dar como uma ação anti-burguesa, anti-imperialista e anticapitalista (Fernandes, 1981). Ou seja, o capitalismo dependente deixa como principal consequência uma espécie de circuito fechado que impedia a instituição de uma ordem que estivesse aberta, de forma efetiva, à maioria da população brasileira.

O capitalismo existente no Brasil era designado por Florestan como selvagem devido às profundas iniquidades que era produzida e legitimada. Por conta disso, como vimos, Florestan advoga pela ruptura revolucionária com o intuito de produzir na periferia um novo padrão civilizacional. Para Florestan (1981), o marxismo seria a ciência e a prática da política revolucionária da revolução proletária no limiar do século XXI. Para tanto, Florestan retoma o pensamento de Lênin no sentido da constituição de um partido operário que pudesse aglutinar os interesses da classe operária representada pela massa de trabalhadores livres e semi-livres (Fernandes, 1982).

Esta configuração apontada por Florestan demonstrava como a luta de classes possuía um papel central para a compreensão do capitalismo dependente e da ditadura instituída em 1964. Neste sentido, deveria ser instituído um partido operário através da instituição de uma vanguarda que pudesse engendrar uma mudança revolucionária no país e pudesse instituir através da luta de classes uma democracia operária. Ou seja, uma mudança revolucionária que pudesse entregar o poder à nação expropriada pela dominação burguesa e imperialista.

Desta forma, haveria o término da autocracia burguesa com a conquista do Estado pelos trabalhadores (Fernandes, 1982, p.73). Para Florestan (1980, p.5) a democracia operária teria como ponto fundamental agir como corretora das mazelas do capitalismo selvagem. Esta democracia operária representaria uma revolução nacional e a autonomia da nação representada pelo movimento operário (Fernandes, 1980). Desta forma a revolução representaria a constituição de uma república democrática estruturada pela hegemonia operária. Dentro da luta de classes instituída no capitalismo dependente, esta ação revolucionária seria responsável por tornar a classe dominada em classe dominante (Fernandes, 1980). Haveria ainda a junção entre Estado, povo e nação que haviam sido historicamente dissociados dentro do capitalismo dependente periférico. Para tanto, a ação do proletariado e da vanguarda sindical seria de fundamental importância. Neste sentido, Florestan argumenta sobre a centralidade do marxismo-leninismo para a periferia, pois este se mostrava como alternativa ao capitalismo dependente além de representar uma revolução democrática autêntica (Fernandes, 1980).

Mesmo Florestan tendo baseado sua interpretação político-revolucionário no pensamento de Lênin, acreditamos que o autor toma uma postura gramsciana. Assim como o pensador italiano que também possui importante relação com a obra do revolucionário russo, Florestan vai além da perspectiva de Lênin quanto ao papel do partido político bem como do intelectual assim como existente na proposição de Gramsci que analisamos acima. O sociólogo paulista atua como intelectual orgânico da massa de destituídos do campo e das cidades.

FHC e a via reformista do capitalismo periférico

A passagem das preocupações com o desenvolvimento e a dependência para o autoritarismo nos anos 1970 faz com que Cardoso se debruce sobre as bases do Estado instituído no Brasil com o intuito de compreender a especificidade do regime autoritário instaurado em 1964. Precisamente, Cardoso terá como duas preocupações centrais nos anos 1970 caracterizar o desenvolvimento dependente-associado e o regime burocrático-autoritário. A instauração do regime militar em 1964 trouxe modificações efetivas para a vida política brasileira. Este fora responsável por produzir uma sociedade extremamente dinâmica (Cardoso, 1994). Cardoso apontou que o regime burocrático-autoritário não era uma simples

continuidade com a forma tradicional do autoritarismo brasileiro e latino-americano estruturados pelo caráter puramente tradicional de dominação política.

Além das modificações efetivas no aparelho do Estado houve também um reordenamento da condição estrutural de dependência sob a qual estava submetido o país. Ao invés da estagnação econômica, do desenvolvimento do subdesenvolvimento e do subimperialismo houve de maneira efetiva desenvolvimento. Este, todavia, foi caracterizado por Cardoso como dependente-associado.

Cardoso procura se opor às teses estagnacionistas e aquelas que viam apenas duas opções para o Brasil: revolução socialista ou fascismo. Cardoso via como uma tese equivocada, uma vez que havia desenvolvimento efetivo durante o regime militar. O desenvolvimento dependente-associado propiciou o dinamismo e expansão simultânea e também diferenciada do setor privado nacional, estrangeiro e público (Cardoso, 1994, p. 127). Ele ainda seria marcado pela internacionalização do mercado interno (Cardoso, 1995). Nesse sentido (idem): “Mas é possível e se está verificando um processo de absorção parcial de grupos sociais no desenvolvimento capitalista e existem tentativas de ‘abertura social’” (Cardoso, 1975, p. 130).

Neste novo regime a tecnocracia terá um papel central. A partir do protagonismo deste setor houve um processo importante de modernização do aparelho do Estado aliado à repressão social, bem como a adoção de medidas econômicas favoráveis à ação empresarial (Cardoso, idem). A redefinição dada a partir da instauração do regime se deu com a gestação de um sistema híbrido, que fortalecia os interesses das multinacionais e também fortalecia a empresa pública e ampliava a capacidade de controle do governo sobre a sociedade (Cardoso, idem).

O regime burocrático-autoritário possui como característica importante o entrelaçamento entre a tecnocracia estatal, a burguesia nacional e a internacional. Havia um processo de cooptação da sociedade civil pelo Estado através do sistema dos “anéis burocráticos”. O regime burocrático-autoritário fez com que parte do Estado, representado pela “burguesia de Estado”, se transformasse em empresa. Este regime foi responsável pela exclusão absoluta das massas populares. A exclusão das massas ocorria precisamente devido ao domínio exercido através da “aliança entre funcionários militares e civis, ‘burguesia de Estado’ (ou seja, executivos e police-makers das empresas estatais), empresariado privado nacional e estrangeiro e os setores das novas “classes médias” a ele ligados” (Cardoso, 1975, p.

179). Este ponto aproxima Cardoso de Florestan que também advoga sobre a exclusão das massas pelo regime.

A grande diferença em relação a Florestan é que para Cardoso seria possível completar o processo de modernização e instituir a democracia dentro do capitalismo dependente. Para Cardoso, o Estado tinha uma lógica própria de funcionamento que o distancia de Florestan e da caracterização do Estado como instrumento pleno da dominação burguesa:

Eu penso que os regimes deste tipo, nas sociedades dependentes, encontram sua razão d'être menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo. A esse eixo se aliam alguns setores empresariais locais, mas de forma caudatária. (Cardoso, 1975, p. 40)

De acordo com o autor, portanto, a burguesia não controlava o Estado como afirma Florestan. Para Cardoso (1994), a burguesia não era uma classe hegemônica, uma vez que possuía uma influência mais corporativa do que política sobre o Estado. Ou seja, não se deveria sobrevalorizar o papel da “burguesia nacional”, como fizera Florestan.

Para combater o regime burocrático-autoritário, Cardoso propõe a reativação da sociedade civil e a democratização, ou seja, o fortalecimento do Estado de Direito, o controle responsável do aparelho do Estado. Precisamente, o autor propõe uma ação reformista de caráter institucional como encaminhamento necessário para potencializar o processo de modernização, bem como instituir uma ordem efetivamente democrática no país.

A resistência democrática deveria se estruturar enquanto uma luta antiburocrática na medida em que existiria a valorização da noção de público através de um viés democrático. Neste sentido, a reforma do Estado em torno da desburocratização e de um controle público por parte da sociedade poderia, na proposição de Cardoso, gerar uma democracia substantiva no Brasil.

Como podemos ver até aqui, o diagnóstico de Cardoso, apesar do compartilhamento da tese do capitalismo dependente, é oposto ao de Florestan: Cardoso não nega o caráter excludente da modernização brasileira, nem o beneficiamento do capital externo. Todavia, analisa a influência externa como elemento de grande significação para a mudança social. Além disso, ainda observa os dilemas do capitalismo dependente como reversíveis, como a possibilidade de instituir uma modernidade plena de virtudes como também propõe Florestan, e a democracia. Estas seriam viáveis dentro do capitalismo periférico porque os seus dilemas

fundamentais são frutos dos elementos internos, precisamente a “privatização” do Estado. Este se torna, para o autor, o nosso grande dilema cuja superação nos deixaria com potencialidades suficientes para desenvolvermos uma modernidade plena e a democracia.

O dilema brasileiro não estava no capitalismo dependente, mas sim na condução privatista do Estado no Brasil, como temos demonstrado. Desta forma, o autoritarismo era visto um fenômeno exclusivo do Estado. Havia irresponsabilidade na condução do Estado, que fazia necessário o controle da sociedade sobre ele (Cardoso, 1978). Isto se dava porque as elites estavam afastadas das práticas populares (Cardoso, 1978).

Neste momento, Cardoso (2010) toma uma posição consentânea à tomada por Manheim, pois evita os extremismos e procura construir uma espécie de “terceira via”, de caráter reformista. Para tanto, também caminha na mesma direção do sociólogo alemão ao defender as inconsistências das perspectivas radicais, como é o caso da defendida por Florestan. Cardoso considerava Marx um autor do século XIX, ou seja, seu modelo explicativo não se enquadraria no mundo contemporâneo de então. Isto fez com que Cardoso criticasse os marxistas por estarem na passagem do século XX para o XXI sem possuírem teoria para entender o mundo em mudança. Além disso, Cardoso considerava a visão marxista entre explorados e exploradores como metafísica, além de dogmática a visão de um partido operário. Ou seja, ele ia contra todas as posições tomadas por Florestan que debatemos acima, tomando, desta forma, uma posição diametralmente oposta à tomada pelo seu mestre.

Deveria ser constituída, segundo ele, outra proposição para além da oposição capital/trabalho (Cardoso, 1978). Para ele, a esquerda era atrasada e estava a reboque das mudanças, o que fazia a sua visão ser mais moderna. Por isso, se dizia da esquerda independente (Cardoso, 2010). Cardoso afirma que o socialismo do século XX é a democracia substantiva, que seria pautada pelo controle social do Estado (Cardoso, 1978).

Considerações finais

Vimos neste texto as proposições de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso sobre o processo de modernização brasileiro e também as características do regime militar instaurado em 1964. Conseguimos observar como os dois intelectuais se assemelham em termos formais pelo compartilhamento dos mesmos temas, sobretudo no esforço para completar o processo de modernização e instituir a democracia. Todavia, se diferenciam em

termos analíticos e normativos, pois vão produzir análises e proposições distintas sobre os dilemas brasileiros e as possíveis saídas para eles.

Por conta das diferenças entre os autores, os aproximamos de Antonio Gramsci e Karl Mannheim, respectivamente. Esta aproximação foi feita porque consideramos que nossos intelectuais se assemelham a estes dois grandes pensadores do século XX. E também nos ajuda a demonstrar as consequências políticas de suas interpretações. Seguramente, a ação de Florestan e, sobretudo, de Cardoso foi de enorme importância no combate ao regime militar.

Todavia, acreditamos que o grande desafio dos intelectuais brasileiros hoje é analisar o caráter singular da modernidade aqui instaurada, responsável por uma das maiores desigualdades do mundo. E também analisar a sociedade brasileira da mesma forma como fazia Florestan, ou seja, a partir das classes subalternas que ainda não viram democratizados a cultura, a riqueza e o poder que permanecem fortemente concentrados nas mãos das classes dominantes.

Referências

BAPTISTA, Kátia. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v.37, p.225-248, jan/jun. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

CARDOSO, Fernando Henrique *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, Enzo *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. *A Construção da democracia: estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DI Biagio, Anna. Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana. In: AGGIO, Alberto, HENRIQUES, Luiz & VACCA, Giuseppe.(orgs) Gramsci no seu tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Poder e contra poder na América Latina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

_____. A ditadura em questão. São Paulo: Lao, 1982.

_____. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: 34, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAHUERTA, Milton. Intelectual e a transição: entre a política e a profissão. (Tese de doutorado em Ciência Política pela USP) São Paulo: USP, 1999.

LEONI, Brigitte. Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOWY, Michael. As aventuras de Karl Manheim contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2013.

MANHEIM, Karl. Liberdade, poder e planificação de democrática. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

SOARES, Eliane Veras. Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: FVG, 2006.